

## ELEMENTOS PARA UM BALANÇO DO GOVERNO MUNICIPAL

Os quinze meses de Governo da Administração Popular nos oferece uma rica experiência acumulada. Pretendemos neste texto abordar algumas questões que julgamos centrais, relacionadas principalmente as questões programáticas e as linhas políticas que conformaram um determinado perfil de governo até o presente momento.

### Um pouco de história

Pela primeira vez na história da cidade assumiram o Governo municipal forças não comprometidas com os interesses econômicos das classes dominantes. O fato expressou a consciência democrática de PoA num patamar qualitativamente superior, de conteúdo popular.

A Frente Popular tornou-se alternativa de governo não só como fenômeno conjuntural diante dos demais projetos (reacionário, liberal e populista) mas, também, devido ao acúmulo alcançado no movimento social da cidade e em sua sociedade civil razoavelmente organizada, abarcando movimentos de caráter associativo dos bairros, sindical, entidades de camadas superiores dos assalariados e outras entidades privadas de hegemonia. A base social do bloco político-eleitoral vitorioso constituiu-se num leque que reúne parcela significativa do proletariado braçal e intelectual, o semi-proletariado, as camadas médias, amplos setores assalariados, setores da pequena-burguesia industrial e comercial, profissionais liberais, funcionalismo e parcela da intelectualidade. A influência nesta base social possibilitou a votação de praticamente 1/3 do eleitorado, mas com potencial de ampliação maior do que isso.

A trajetória eleitoral da FP foi marcada por um discurso que projetava uma imagem institucional de "coragem de mudar", "compromisso com a população", "seriedade e competência". Expressando com radicalidade uma política de caráter popular e socialista no âmbito das forças democráticas da cidade, o discurso eleitoral foi dirigido contra o privilégio das classes dominantes que historicamente vem "privatizando o Estado" para reproduzir os seus interesses econômicos e políticos.

Em sua versão local, três grandes grupos da burguesia foram escolhidos como inimigos principais por seu caráter predatório aos interesses públicos: o empresariado dos transportes, as grandes empreiteiras e imobiliárias da especulação, e o grande comércio. A linha que consturava este enfrentamento era a da "inversão das prioridades" e a participação da população nas decisões políticas.

### A reação dos derrotados

A vitória da FP e a instalação do novo Governo não se deu sem resistências. Os poderosos interesses a serem contrariados e

o significado histórico desta disputa que possibilita a constituição de uma nova esfera pública democrática e socialista, num processo de alteração da correlação de forças a nível nacional ( como iria mostrar mais tarde a polarização nas eleições presidenciais), viria logo sofrer uma reação que se deu em três sentidos: o primeiro, do próprio adversário derrotado, que tratou de deixar heranças para amarrar e inviabilizar a Administração. O Plano de Carreira foi uma "bomba de efeito retardado" que comprometeu todo o orçamento de 89 e ainda obrigou a uma dívida de mais de cem milhões para pagar o funcionalismo. O segundo, foi a ofensiva dos setores dominantes que articulados aos meios de comunicação de massa, tentava isolar o governo e criar uma imagem negativa deste na opinião pública. O terceiro, foi a política de confronto dos empresários de transporte coletivo que pretendiam através de uma relação de força deslegitimar a autoridade do poder público de imediato.

#### A resposta política da AP

Nos momentos iniciais do Governo a AP respondeu aos desafios com uma política correta de firmeza e flexibilidade tática. Tratava-se de ganhar legitimidade pública mostrando firmeza diante dos compromissos populares assumidos e amplitude suficiente para aumentar o máximo o leque de apoio ao Governo, como forma de evitar o isolamento e situações de fácil vulnerabilidade política. De forma resumida esta política foi traduzida da seguinte forma:

- a) Medidas nas primeiras semanas de Governo para a moralização do serviço público, como o fim dos funcionários fantasmas, controle dos automóveis, entre outras, constituindo a imagem pública de austeridade, honestidade e seriedade.
- b) Relação de respeito aos direitos do funcionalismo quanto ao Plano de Carreira, com reajustes bimensais de acordo com o IPC, mesmo sabendo-se das consequências que isso acarretaria. Tratava-se de não escolher o momento inicial para enfrentar esta questão, evitando uma crise na Administração com todas as consequências em relação à desqualificação dos serviços públicos para a cidade.
- c) Política de firmeza e negociação em relação aos empresários de transporte coletivo, resgatando a autoridade do poder público e não capitulando diante da pressão do cartel. Esta questão por sua importância será tratada em ponto a parte.
- d) Realização de movimentos em direção a sociedade civil visando ampliar a sustentação política do Governo e, sobretudo, neutralizar setores potencialmente aliados da oposição conservadora ou populista. Ofensiva para fracionar a burguesia local e contatos com os formadores de opinião pública; além dos setores religiosos e intelectualidade.

e) Estabelecimento de uma relação permanente com o movimento popular da cidade, principalmente sua vanguarda organizada do movimento comunitário e também sindical.

#### A questão dos transportes

Ocupando o centro das atenções do Governo no primeiro semestre, a questão dos transportes sugou enormes energias humanas e materiais. Diante da possibilidade concreta de locaute dos empresários a AP interveio para garantir o transporte coletivo na cidade e para resgatar a autoridade do poder público concedente. Este, até então, mantinha-se subalterno aos interesses privados do cartel do setor.

A intervenção enquanto ação de identidade e compromisso com os interesses populares imantou o Governo e ganhou enorme legitimidade social. Formou-se uma consciência aproximada nas massas que perceberam o antagonismo entre os interesses públicos (coletivos) e a postura privada dos empresários. Mas foram enormes as dificuldades. Houve uma reação violenta dos empresários e surgiram sabotagens de toda ordem. Na Administração prevaleceu inicialmente uma concepção tecnocrata que dificultava ainda mais a difícil tarefa de controlar as garagens. Foi sustentada pelo Secretário da época uma posição que privilegiou os quadros técnicos (e nem todos de confiança) em detrimento do imprescindível trabalho político para ganhar os trabalhadores do setor, situação que só foi revertida posteriormente, (onde tornou-se exemplar o sucesso obtido na VTC).

Hoje, passado mais de um ano do episódio é facilmente constatável o fracasso na meta de qualificação do serviço, e isso se deu principalmente porque operamos com o eixo equivocado centrado no discurso de não aumento das passagens. A base para esse eixo foi um diagnóstico superficial que supunha um super-lucro das empresas. Não percebia-se (talvez por falta de condições) o estado de descapitalização das empresas e sucateamento da frota, que se dava através de uma série de mecanismos onde os empresários inclusive enriqueceram. A constatação é que não bastou manter a tarifa abaixo da inflação durante o ano passado (a menor tarifa das capitais brasileiras) na medida em que a falta de melhora na qualidade do serviço (frota velha, horários não cumpridos, etc.) é a fonte maior de desgaste.

Ao mesmo tempo é preciso constatar que a AP e os partidos da Frente não foram capazes de formular uma estratégia de longo prazo para o setor. Permanecem visões genéricas que se limitam a repetir fórmulas de controle estatal impraticáveis numa conjuntura de profunda crise financeira do município e do Estado. Além disso, a tese que visa gerenciar 50% mais um da frota, mesmo permitindo um maior controle e poder de autoridade sobre o setor, em nada garante a qualificação do serviço, razão maior da nossa proposta.

Os transportes coletivos possuem problemas estruturais. Suas soluções na conjuntura atual não passam pela antiga fórmula de controle via estatização. Uma nova política estratégica nesta área, numa esfera municipal democrática e socialista em disputa com o neo-liberalismo, precisa encaminhar soluções que repense duas questões fundamentais: as fontes de financiamento dos serviços, que não podem mais depender somente do preço das passagens, e as formas de controle público que permitam a plena transparência e acesso à gerência do sistema nas empresas.

A nível imediato, a intervenção permitiu conhecer o sistema por dentro e todas as formas ilícitas de operação pelos empresários. O acordo firmado encaminha para uma melhora na qualificação dos serviços possibilitando uma renovação real da frota. Foram garantidas as conquistas dos trabalhadores do setor. Por sua importância enquanto serviço básico, e pela importância da disputa político-ideológica aberta a partir da intervenção, a qualificação dos transportes é uma prioridade para a Adm. Popular.

#### A polêmica em torno do perfil de Governo

A falta de acúmulo político-teórico frente a questão da institucionalidade e do Estado ( inclusive devido à inexperiência da esquerda que em certa medida foi surpreendida pela vitória) constituiu-se numa das principais causas das dificuldades enfrentadas pelo Governo até agora. Tanto em relação à máquina pública, como na constituição de um perfil de governo e sua estratégia político-programática. A rigor, estas debilidades se revelaram nos próprios programas partidários, no geral, superficiais no diagnóstico da realidade e insuficientes teórica e politicamente para enfrentar o desafio inédito de administrar parcela do Estado capitalista.

Em meio ao reconhecimento da máquina pública - burocratizada, verticalizada e altamente fragmentada - e, premidos pela necessidade de gerar políticas públicas numa situação de crise financeira e cerco político, surge a proposta da "universalidade" enquanto categoria a ser assimilada na política e na prática do perfil de Governo. Isso concomitantemente aos primeiros encaminhamentos para a elaboração de um plano de governo.

A introdução de tal categoria foi motivo de uma violenta polêmica no seio do Governo e dos partidos da FP, refletindo inclusive divergências de fundo existente na campo da esquerda. É preciso tratá-la fora do terreno dos preconceitos.

A proposta de "universalidade" tem o mérito de enfrentar e superar as antigas concepções sectárias e obreiristas que tanto caracterizaram a esquerda. Ela surge como resposta teórica a uma política resumida na "classe contra classe". Esta política mantém uma relação instrumental com a institucionalidade onde o Estado ( em sua fração municipal) é reduzido a um "aparelho" a ser colocado a serviço da luta dos trabalhadores". Tal perfil sindicalista de uma política institucional certamente não arma a esquerda e os trabalhadores para exercer a hegemonia sobre o conjunto da sociedade. Levaria a AP ao isolamento das camadas não trabalhadoras, com possibilidades de repetir a trágica experiência petista de Fortaleza(CE).

Um perfil de governo puramente "classista", não consegue responder aos desafios de uma estratégia de longo curso, onde os trabalhadores ( inclusive governando frações do Estado) exercitam a função dirigente no sentido de construir uma nova hegemonia, contraposta a hegemonia que a burguesia exerce sobre toda a sociedade. A burguesia propõe teoricamente a universalidade, mas usurpa a maioria ao governar segundo os seus interesses privados. Para um Governo de caráter popular não se trata pois de adotar a abstrata universalidade da burguesia ( que esconde o seu real particularismo), mas de contrapor a esta abstração uma proposta dialética de universalidade, enquanto categoria marxista, afirmando o proletariado como classe capaz de possuir um projeto e um movimento tendencial no sentido de uma real universalidade. Por isso a proposta de "Administração para toda a cidade" que parta da ótica dos trabalhadores e demais camadas populares, ao invés de uma "Administração para os trabalhadores".

Para Marx, o movimento do proletariado na história é o único capaz de portar este projeto universal, porque ao dirigir a luta para acabar com toda a forma de exploração, liberta da opressão não somente a si enquanto classe, mas toda a sociedade que é submetida ao particularismo burguês. Mas para isso, o proletariado precisa desvencilhar-se de sua fragmentação corporativa e econômica ( de seu particularismo de classe) e transformar-se em classe nacional, como afirmava Lênin. Hoje, quando o Estado tornou-se "ampliado" e a dominação burguesa se mantém não só pela coersão do Estado, mas também pela hegemonia (consenso), a construção do projetosocialista depende da capacidade dos trabalhadores em tornarem-se classe dirigente, através de uma nova hegemonia construída tanto na esfera privada da sociedade civil, como na esfera política do Estado ( ou frações dele) ( Gramsci). Por isso, é preciso que os trabalhadores tenham um projeto não somente para si, mas um projeto global para disputar com a burguesia a totalidade da cidade e da sociedade. Este projeto que busca o universal tem, no entanto, um ponto de partida: a identidade com as necessidades imediatas dos trabalhadores e as massas popu

lares . Dialéticamente ele é um projeto oferecido para todos, mas terá a sua essência em contradição com o projeto burguês (\*)

Em que pese os méritos da introdução teórico-política desta categoria ( a universalidade) no seio do Governo, reveladora de uma preocupação no essencial correta, parece-nos que,naquele momento, as suas limitações residiram no caráter excessivamente abstrato que a polêmica assumiu. Ou seja, seu valor foi prejudicado na medida em que a polêmica se deu sem que fossem criadas as condições para que o Governo e os partidos aprofundassem a discussão a cerca do programa e de uma estratégia de Governo relacionadas com a vida concreta da cidade, suas prioridades e hierarquias. Neste sentido, o debate sobre a universalidade foi tomado como o debate teórico a cerca da totalidade do programa e sobre a teoria do Estado.

Além disso, seu método de introdução da polêmica não levou em conta uma ambientação cultural e política problematizada pelo discurso de ' fundo "obreirista" acumulado pelo partido majoritário no Governo. Tal cultura política é carregada por todo um imaginário idealizado a cerca das possibilidades do poder. A introdução de tal categoria causou uma espécie de "pororoca" que gerou uma espécie de "crise de identidade", o que tornou-se terreno fértil para as simplificações esquemáticas e acusações preconceituosas que em nada ajudam o amadurecimento político.

Não pretendendo rebaixar o valor da produção teórica e da legítima disputa política no interior do projeto socialista( ao contrário, a crise do socialismo nos mostra o alto preço pago pelos pretensos monolitismos ) é preciso chamar a atenção sobre dois aspectos: o primeiro diz respeito a caracterização de uma situação concreta em que se deu o debate sobre a universalidade, caracterizado pelas debilidades na discussão do programa e da estratégia de Governo, o que prejudicou sensivelmente o próprio debate a cerca desta importante categoria na instrumentação de uma teoria e uma prática de governo. A segunda, e não menos importante, é a de que a polêmica e seu método tem de visar a produção de um renovado consenso militante que potencialize a ação do Governo e dos partidos, sob pena de produzir dissensões que paralisem o Governo e coloque em cheque o projeto maior da Ad ministração Popular.

(\*) Extraído do documento "Elementos para o programa municipal" apresentado por mim no início de 89, mas que refletia, de certa forma, uma reflexão coletiva de companheiros do PCB.

O ano que passou foi marcado pela disputa em torno do processo de planificação, seu conteúdo e método. Longe da simples oposição entre Secretarias ( no caso a SPM e a SGM) como quer fazer crer algumas leituras superficiais, a disputa expressou questões de fundo político-ideológico vinculadas aos desafios da esquerda diante da institucionalidade.

A estrutura da máquina pública foi montada de forma a responder todo o processo de privatização do Estado brasileiro. A sua extrema fragmentação com órgãos, secretarias e departamentos seccionados respondem a uma lógica reprodutora e mantenedora dos feudos políticos e propensas as práticas excusas ao interesse público. Seus procedimentos burocratizados e cristalizados através de uma estrutura verticalizada em cada órgão e compartimentada em relação ao todo, respondem a uma visão tecnocrática-sistêmica de conteúdo ideológico profundamente conservador, onde são cristalizadas rotinas que assumem, em certos aspectos, verdadeiro caráter anti-popular.

Pensar na planificação de Governo a longo e médio prazos, exige não só o pressuposto do programa, ou seja, de uma estratégia global que defina prioridades e hierarquias políticas, como também pensar nos instrumentos operativos desta política, naqueles instrumentos que tornam o programa e a estratégia ( repostos no seu contato com a realidade e na sua relação viva com o movimento das classes) realidade num determinado espaço social e urbano. A Administração Popular nos primeiros quinze meses de Governo foi incapaz de definir uma clara estratégia de governo, assim como não seria exagero afirmar que ocorreu uma certa adaptação dos quadros políticos da FP à lógica de funcionamento da máquina.

Reconhecendo tal grave situação está em processo no Governo uma verdadeira "virada". Esta "virada" não teria sido possível sem considerar o acumulado ( com seus erros e acertos) até agora. Para isso, é importante repor algumas questões centrais. Vamos a elas.

#### O I Plano Semestral e sua importância

Em meados do ano passado o Governo aproximava-se de uma crise por vários motivos. Entrava-se num momento de vazio político em que a falta de ofensiva planificada era preenchida pela tendência à mesmice e a rotina da máquina. A crise financeira agravava a situação.

É neste contexto que surge o Plano Semestral, concomitantemente as medidas para elaborar o Plano Global de Governo. Era preciso dar respostas políticas imediatas, numa conjuntura de cerco da direita, crise financeira e desgaste nos transportes. Manter-se na ofensiva. Quebrar a espontaneidade e não deixar que se cristalizasse no senso comum um juízo negativo da nossa competência, alimentando o cerco sobre nós. Isso era o fundamental.

Além de realizar questões elementares de interesse da cidadania, o Plano Semestral inaugurou uma nova prática que procurava romper com o corporativismo burocrático das Secretarias, subordinando-as a um único objetivo. A Administração não poderia mais se apresentar como uma junção de partes sem integração. O programa SOS voltado para as vilas reuniu de forma integrada várias secretarias fins, como exemplo mais claro disso.

Além de seus objetivos táticos, o Plano representou uma tentativa de questionar o tipo de planejamento normativo, tentando introduzir, ainda que muito empiricamente, a concepção de planejamento estratégico. Nesta concepção de planejamento, o dado político e endógeno, ou seja, "onde o resultado da relação imagem-objeto pressupõe necessariamente os conflitos, a incerteza dependente da capacidade das forças de gerar dinamicamente viabilidade para seus projetos numa realidade complexa e contraditória e, não ser apenas a tradução e resultado de uma razão instrumental-técnica, que por normas ideais buscam aprisionar a realidade e a ação do Governo em normatizações dedutivas de tratamento técnicos..." (\*)

Esta inédita experiência também propôs a subversão da lógica normativa de planejamento através da forma de controle horizontal do Plano, reunindo num Fórum os Coordenadores Políticos das Secretarias.

No entanto, o Plano ainda possuía limitações importantes que sinteticamente podem ser resumidas no seguinte:

- a) ausência de um diagnóstico da realidade urbana e de infraestrutura de Porto Alegre a embasar os projetos;
- b) seu conteúdo político se deu sob a ausência (já referida) de uma política

---

(\*) Conforme documento "O Conteúdo Político do II Plano Semestral" apresentado pela SCM em dezembro de 1989. Neste documento é realizado um balanço do I Plano Semestral e são apontadas orientações para dar um conteúdo popular como marca do II Plano. O documento foi assinado por Gilson Lima, Luciano Fedozzi e Tarso Genro.



estratégica, ou seja, sua articulação interna não se deu sob prioridades claras, prevalecendo a vontade particular de cada secretaria. O Todo era a soma das partes (projetos) não hierarquizados.

O balanço do Plano nos mostra um resultado positivo. Foram cumpridos 2/3 dos projetos numa situação de crise financeira que absorveu no ano passado 98% do orçamento para pagamento do funcionalismo. É preciso colocar que nesta primeira experiência, " não foi fácil a disputa com a força centrípeta da máquina, a disputa com o estilo tecnocrático-sistêmico que via na experiência (corretamente) um confronto às suas concepções normativas, na disputa no interior do Governo que fez com que tivéssemos um acompanhamento paralelo à concepção estratégica ou no que podemos chamar de poder compartilhado, entre concepção normativa e estratégica. (\*)

Esta disputa não foi suficientemente compreendida em toda a sua dimensão política-ideológica no conjunto do Governo. Talvez por suas debilidades e falta de acúmulo político-teórico, mas também pela postura de capitulação diante da lógica corporativa da máquina. Por esta lógica, o planejamento de governo, ao invés de ser obra coletiva primada pelas necessidades políticas centrais do Governo, passou a ser reivindicada por uma única Secretaria, a SPM. Emolando planejamento global (político) com planejamento urbano, conferiu-se ao corpo técnico da SPM ambas as tarefas.

O Plano Semestral era interpretado por está como uma peça que "atrapalhou" o processo normal de planejamento a longo prazo. Não estava compreendido, desta maneira, o caráter essencialmente político do planejamento, determinante de uma técnica que não é neutra.

#### O Plano de Ação do Governo - PAG

O processo de elaboração do PAG não esteve isento a estes problemas de fundo já colocados aqui e não resolvidos pelo centro político do Governo. Prevaleceu a ausência de definições estratégicas e a ausência de uma proposta para reverter a lógica burocrático-normativa da máquina. Ao constituir-se num rol de projetos e programas não hierarquizados e articulados mediante prioridades programáticas, ele é a expressão do próprio seccionamento da máquina. Seu método de elaboração e seu conteúdo com centenas de projetos expressam toda concepção normativa tradicionalmente forte na vida administrativa. É preciso repensá-lo mediante as definições

(\*) Mesmo documento referido anteriormente.

estratégicas que estão em curso. Mais ainda, será preciso constituir mecanismos de aplicação e de controle aptos a vivenciar e absorver as realidades em constante mutação. Seria um sério equívoco burocrático imaginar um plano de longo prazo que se eleva acima dos movimentos sociais e da luta de classe, numa correlação de forças que se repõe. Aliás, guardando as proporções, parece que a crise do Leste Europeu tem algo a ver com estas concepções burocráticas-normativas onde as relações com uma realidade viva são mediadas pela rigidez do plano.

#### Uma concepção em disputa

A existência de profundas divergências quanto às concepções de planejamento e o método de conciliação que prevaleceu no centro político do Governo geraram um clima de infundável disputa e incertezas no conjunto dos quadros políticos que, a grosso modo, não conseguiam entender as raízes políticas e ideológicas das divergências. Tudo isso num quadro de generalizada incapacidade e falta de condições propícias para discutir e aprofundar decisões a respeito do programa. É bom lembrar que a partir do segundo semestre os partidos de sustentação do Governo envolveram-se totalmente com as eleições presidenciais. O Fórum de Governo que já reunia precariamente, parou de funcionar. Repetiam-se infundáveis "etapas" do PAG sem que os seus pressupostos fossem resolvidos.

#### O acúmulo do segundo Plano Semestral

No início deste ano foi constituída uma Comissão (integrada por dois membros da SPM, dois da SCM e um do Setor de Comunicações) para trabalhar no segundo Plano Semestral. Desta vez sob uma orientação política mínima que tentava suprir a ausência de uma estratégia.

Após um balanço do primeiro ano de governo onde "optamos conscientemente para enfrentar o cerco da burguesia (que não foi implementado) rompendo com a imagem de que a esquerda é incompetente e estreita" (\*) a orientação era voltada para a construção da marca popular do Governo.

Dizia a orientação que "não se trata de potencializar apenas as secretarias que se envolvem com as periferias, e sim todo o governo que mantendo os projetos de longo prazo ... e a manutenção qualificada dos serviços em toda a cidade, voltemos nossas forças com determinação superior para as camadas populares da cidade". (\*) A mesma orientação política apontava para a necessidade de superar uma cultura dominante no corpo técnico que costuma trabalhar com a cidade "formal". Era necessário pensar em "pe-

(\*) (\*) Passagens extraídas do mesmo documento da SCM citado anteriormente.

quenas e médias obras que visem soluções imediatas principalmente para as vilas populares, com soluções originais e criativas em todos os planos".

Baseado em noções estratégicas de planejamento, apontava-se a implementação de projetos que, sob nossa escolha, se realizassem através da integração das secretarias fins, projetos "distribuídos nas microrregiões e vilas populares potencializando a organização popular", onde juntamente com a comunidade, possamos também de fora para dentro enfrentar o desafio de respostas e de disputa com cristalizações da máquina". Era levantada ainda a necessidade da Reforma Administrativa.

Esta proposta significava um avanço (ainda que limitado) na medida que define uma clara inflexão popular na elaboração dos projetos. Também propõe uma política para reverter a lógica da máquina.

Na continuidade do trabalho da Comissão (ou melhor de parte dela devido ao trabalho paralelo que os integrantes da SPM passaram a executar) surgem importantes reflexões que vão originar a proposta de Prefeitura Móvel. Ela foi uma tentativa de responder às questões insolúveis até então no Governo. Dessa forma surge pela primeira vez uma proposta de estratégia que articulá toda a política do Governo. Sinteticamente, ela propõe a marca da ofensividade popular como prioridade a ser executada através da integração das secretarias fins nas vilas populares. Levanta o transporte e a educação como prioridades incontornáveis. Preocupa-se com a disputa geral e propõe projetos de caráter universal, inclusive como forma de neutralizar as camadas médias e setores do capital.

Como estratégia operacional, ou seja, quanto à política de mobilização dos meios, propõe uma alternativa à forma tradicional de operar da Prefeitura, desde o planejamento que aproxima o pensar e o agir, até a execução por frentes de trabalho ligadas a um Comando de Operações, e um processo de fiscalização e participação da comunidade através de Ônibus da Prefeitura deslocados para as regiões das frentes de trabalho.

No entanto, a proposta consubstanciada na "Prefeitura Móvel" ainda apresentava sérios limites que, embora já representasse um acúmulo importante, ainda não conseguia dar respostas adequadas no campo da política e dos instrumentos operativos. Por um lado, mesmo definindo a prioridade popular, não consegue se aprofundar para encontrar qual ação ou quais as ações fundamentais a serem feitas, permanecendo numa prioridade popular genérica, onde se integrariam todos os projetos com este caráter. Por outro lado, no que tange a estratégia operacional, é por demais voluntarista nas possibilidades de se operar o serviço público com estruturas paralelas (e concorrenciais) à máquina.

Por outro lado a análise dos projetos apresentados pelas Secretarias para o II Plano Semestral mostrou uma falta de identidade com a orientação estabelecida de inflexão popular. Faltava criatividade e iniciativa. Confundia-se medidas de rotina com projetos. Além disso, persistia no Governo o compartilhamento de concepções normativas e estratégicas, chegando a ser apresentadas duas versões (análises) de Plano Semestral num Seminário realizado em fevereiro de 1990.

Este conjunto de questões não suficientemente compreendidas e resolvidas pelo centro político do Governo ( e muito menos pelo conjunto dos quadros políticos ), fez gestar uma verdadeira crise de hegemonia política interna . Um governo empatado nas concepções políticas de fundo, com um clima de confusão reinante nos seus quadros políticos, e sem definições estratégicas claras, só poderia produzir poucos resultados concretos positivos. A bem da verdade, no vácuo de uma hegemonia política ativa a ser dada pelo primado da opção política, prevaleceu a hegemonia da máquina e seus procedimentos tradicionais. Se considerarmos o quase colapso financeiro da Administração como fato agravante, então a crise e o mau desempenho do Governo no ano que passou não poderia ser novidade.


#### O momento das definições

O acúmulo político conseguido até agora e o agravamento da crise do Governo em relação a baixa qualificação dos serviços públicos, estão criando condições para uma "virada" nos rumos do Governo.

Esta "virada" se processa no presente momento com definições de caráter estratégico e medidas para encaminhar a Reforma Administrativa. O Governo discute neste momento uma proposta inicial de política estratégica apresentada pela Comissão da Reforma. (segue anexo). A proposta tem o pressuposto do caráter democrático-popular do Governo. Ela articula dialécticamente o elemento popular e o projeto universal. Visa, portanto, a afirmação prioritária de um bloco social de caráter popular , mas preocupa-se com a disputa pela hegemonia de toda a sociedade.

Ao mesmo tempo, no campo da prioridade popular define a questão da democratização do solo urbano e da urbanização como tarefas fundamentais. Mantém o transporte como prioridade e propõe uma rediscussão a respeito da política de educação. Busca ainda legitimar-se diante da grande maioria da população, mantendo e qualificando os serviços e também buscando uma cooperação ativa, um consenso pontual com setores do capital privado, naquilo que for de interesse público, além de políticas de interesse geral que revalorizem a identidade da própria cidade, como o projeto Quaíba Vive.

Toda esta política é permeada pela centralidade democrática, ou seja, tem o sentido claro de resgatar a cidadania e a participação da população nos destinos da cidade. A questão democrática é entendida nas reformas institucional, social, econômica e cultural. O sentido social, econômico é de fortalecer a estabilidade social e elevar a cidadania em novas bases, a partir de uma esfera pública democrática e socialista, permeável a participação e ao controle público. O próximo passo imediato será discutir uma proposta de Reforma Administrativa. Ela deverá refletir tanto um sentido permanente num perfil de um novo Estado democrático, como ser instrumento de operação, portanto de objetivação da nossa estratégia programática, das prioridades a serem definidas.

  
Luciano Fedozzi

em 27.04.90

Apresentado para o Seminário  
do PCB-PoA.